

O IDEÁRIO CAVALEIRESCO E O UNIVERSO ARTURIANO NAS CRÔNICAS DE FERNÃO LOPES

Nei Nordin

RESUMO

Estudo das representações sociais constantes nas crônicas de Fernão Lopes, especialmente na *Crônica de D. João I* – composta na primeira metade do século XV. Pretende-se averiguar o modo pelo qual o cronista português incorporou aos seus escritos elementos ideológicos associados com a Cavalaria – instituição então em declínio – e elementos mítico-literários provenientes do Ciclo Bretão ou Matéria da Bretanha, bem como o sentido conferido a estes elementos no desenrolar da narração, em especial no tratamento reservado ao Condestável Nuno Álvares Pereira.

A Idade Média foi um período que conheceu poucas instituições a que se pode atribuir características ideais de homogeneidade. Salvo a Igreja, que seguramente concentrara a maior coesão do ocidente medieval, raras exceções conheceram um caráter de unidade que transcendera limites regionais restritos. A Igreja tomou para si o encargo da organização e orientação espiritual das consciências, como também procurou definir as linhas mestras da organização social e política da vida temporal.

Outra instituição que, longe de equiparar-se às estruturas clericais, conferiu igualmente aos seus membros considerável elo de identidade e dignidade no ocidente medieval foi a cavalaria. Ao final do século XII, esta “associação” já era considerada como expressão exclusiva da nobreza que lhe controlava o acesso. O cavaleiro, mais do que uma função militar, detinha um título de nobreza que assumia conotações de característica consangüínea.¹ Nascida de necessidades e práticas militares concretas, a cavalaria foi consideravelmente reforçada pela concepção social da ideologia das três ordens. Contudo, ela transcendeu todas as

Nei Nordin é Mestre pelo PPG de História da UFRGS.

suas matrizes de origem e tornou-se um ideário extremamente elaborado que permaneceu por muito tempo além dos limites temporais em que os historiadores situam a Idade Média.

CAVALARIA E IDEAL CAVALEIRESCO

Estima-se que, por volta do ano mil, o esquema da tripartidação social já estivesse fortemente penetrado nas representações coletivas e tivesse se difundido largamente por todas as regiões da cristandade, vindo a constituir, durante séculos, a estrutura básica da sociedade ocidental². A divisão trinitária da sociedade, reforçada por Adalberon de Laon e Gerardo de Cambrai, tornou-se fundamental para o enquadramento da cavalaria medieval na ética cristã,³ resultando no advento da *militia Christi*.

A cavalaria foi uma instituição central na Idade Média, um modelo de conduta moral plenamente assimilado e utilizado pelo ideário cristão para doutrinar as mentes e conter o ímpeto bélico de uma categoria potencialmente ameaçadora para os propósitos da cristandade. A imagem que se propagava do cavaleiro era um exemplo a ser seguido por todos, mas nunca acessível a todos. Uma vez abençoado por Deus e reconhecido pelo clero,⁴ que prestigiava sua utilidade como necessária para o equilíbrio da ordem social, o cavaleiro alcançava o devido reconhecimento e respeito e não figurava mais como um desordeiro saqueador, como fora em outros tempos. Abriam-se espaços para que a categoria se solidificasse num grupo coeso.

Tecnicamente, a cavalaria surgiu a partir do emprego do cavalo nas atividades bélicas, em torno dos séculos VIII e IX, no período carolíngio. Guerreiros (*milite*) tornavam-se cavaleiros e, mais tarde, *milites Christi*. As duas noções – guerreiros e cavaleiros – tornam-se sinônimas no século X. O exercício da guerra seria então reservado apenas àqueles que dispunham de recursos materiais para o dispendioso custeio do aparato de guerra ou àqueles que encontrassem um senhor que lhe subsidiasse⁵. Entretanto, a coesão em que se forjou o grupo dos cavaleiros ultrapassou em muito a questão econômica, pois, com o tempo, este grupo deixou de estar aberto a todos os ricos para tornar-se hereditário. O sangue passou a valer mais que a fortuna.

A cavalaria chegou a ser, de fato, um grupo mais ou menos aberto aos aventureiros. Aos cavaleiros descendentes de famílias empobrecidas que não puderam ingressar no clero, restava a opção de partir em busca de aventura e, principalmente, de fortuna, para poder continuar

vivendo de acordo com sua dignidade. Embora desunidos pela equidade das fortunas, o grupo dos cavaleiros encontrava-se unido por características bastante peculiares, como:

*Estima especial pelo vigor físico, gosto pelas proezas desportivas, na guerra ou nas atividades violentas que a substituem ou a preparam (caça perigosa e brutal aos animais de grande porte, etc.), enfim, uma moral da honra e da fé baseada nas regras do combate. Um conjunto de hábitos e sentimentos que procedem da especialização militar da classe dos cavaleiros constitui um primeiro fator de unidade*⁶.

Assim, a cavalaria adquiriu um *status* que a vinculava intimamente à nobreza, com quem ela própria se confundiu e com quem, em meados do século XI, passou por um acentuado processo de fusão⁷. A nobreza, por sua vez, assimilou também para si todo aquele aparato ideológico da cavalaria ao ponto de ambas passarem a significar a mesma coisa, mesmo sendo diferentes na realidade.

Este processo, pelo qual os *milites* adquiriram uma ética própria que transcendia a mera obrigação das tarefas militares e tomaram para si as atribuições de defesa dos pobres, órfãos e viúvas, inicia-se em meados do século XI e encontra-se completo já no século XII. Até então, não se pode considerar que a cavalaria possuísse uma consciência própria de sua existência e identidade.⁸ Não fora ainda moldada e polida para os “elevados” ideais a que serviria a partir do século XII. Parece ser o século XI que assinala a construção dos aparatos simbólicos e das ornamentações rituais da cavalaria. O rito de preparação do cavaleiro, segundo Hervé Martin, não consta de nenhum documento anterior ao final daquele século. Ainda para este autor, muitas estrofes da literatura do século XII já denunciam uma corporação cavaleiresca dotada de ética, ritos de acesso e senso de coesão consideravelmente afinados com o ambiente cristão.

Feitas estas considerações, é necessário atentar para o fato de que a cavalaria não se confunde com a totalidade da cultura medieval, como nos demonstra Johan Huizinga. Ela foi o principal aspecto daquele período resgatado pelos autores românticos do século XVIII e XIX - que voltavam seu olhar para a Idade Média e encontravam naquela instituição as expressões essenciais de seus anseios. Huizinga propunha que a cavalaria constitui apenas uma parte da cultura medieval e que “a evolução política e social deste período transcorre, em sua maior parte, fora daquela forma”. Contudo, para o mesmo autor, a nobreza, que compre-

endemos também como a cavalaria, tinha sido bem mais que um mero verniz sobre a cultura e a organização social. Os códigos e as formas sobre os quais se estruturara conservaram-se por muito tempo ainda depois que a instituição perdeu seu significado e supremacia na vida social. Na realidade, o período “forte” do feudalismo, em que a cavalaria floresce e encontra sua verdadeira justificação social, não ultrapassa ao século XIII.⁹

O século XIII assegura ainda o predomínio da nobreza nas atividades econômicas e militares, mas o século seguinte já denunciaria o início de modificações essenciais em praticamente todos os domínios da vida social na Europa. Por conseguinte, a cavalaria encontra seu declínio prático nos aspectos bélicos, em face de inovações na arte da guerra, processo claramente exposto por Victor Deodato da Silva¹⁰. Entretanto, ao declínio das atividades militares não se seguiu o imediato descenso dos aspectos éticos e morais da cavalaria. A instituição manteve seu *status* ainda por algum tempo. No século XV, seus padrões foram largamente apreciados pela nobreza européia.

A MATÉRIA DA BRETANHA EM PORTUGAL

Afora as teorias de matriz clerical, o ideário cavaleiresco receberia impulsos fundamentais provindos de mitos e lendas pagãs conservados na memória coletiva. Enraizada nos mitos celtas alusivos ao personagem pretensamente histórico denominado Artur, a Matéria da Bretanha desenvolveu-se ao longo da alta Idade Média em textos de proveniência céltica (as chamadas *tríades* e os contos denominados *mabinogion*), sendo adaptada ao universo cristão e cortês a partir do século XI, na *Gesta Regum Anglorum*, de William de Malmesbury, na *Historia Regum Britanniae*, de Geoffrey de Monmouth, e principalmente nos romances de cavalaria escritos na segunda metade do século XII, por Chrétien de Troyes. A partir daí Artur assumia conotações de rei cristão e as aventuras dos cavaleiros da tábola redonda espelhavam os códigos de comportamento próprios das cortes aristocráticas, servindo de exemplos a serem seguidos.¹¹ As origens célticas e míticas da Matéria da Bretanha contribuíram em muito para inserir o ideário cavaleiresco na ideologia da nobreza. Um forte contraponto às estruturas moralizantes do cristianismo, venerando valores que a Igreja condena.¹²

Adriana Zierer aponta o desenvolvimento do ciclo arturiano em dois sentidos principais. Lembra-nos que o mesmo foi vertido em textos em prosa no século XIII, momento em que os Estados Nacionais ensaiavam

seus passos iniciais para sua entrada em cena no cenário político. A divulgação de tais obras contribuíra para a formação do sentimento nacional.¹³ Visando tal empreendimento, essas também foram produzidas em língua vulgar para uma compreensão mais abrangente. O segundo sentido seria o de que a apologia dos feitos cavaleirescos, por vezes em detrimento da figura do próprio rei Artur (sobretudo na idealização de cavaleiros como Erec, Lancelot e Galvão), representaria, no campo simbólico, a resistência da nobreza frente à gradual perda de seus privilégios em decorrência da centralização do poder monárquico¹⁴.

A adoção do ideário arturiano também pode ser observada nos reinos da Península Ibérica. Em primeiro lugar, constata-se o gosto pelos romances bretões na sua versão em prosa, principalmente os materiais desenvolvidos a partir dos romances escritos por Robert de Boron, no princípio do século XIII. Foi com base no texto de Boron que apareceu um conjunto de histórias conhecido como Ciclo da Vulgata (1220/1230), integrado pelos seguintes romances: *L'Estoire du Saint Graal*, *L'Estoire de Merlin*, *Le Livre del Lancelot du Lac*, *La Queste del Saint Graal* e *La Mort D'Artur*.

Para Portugal, Joaquim Ferreira afirma terem se desenvolvido quatro ciclos literários bem precisos: o Carolíngio, que versa em torno das histórias de Carlos Magno e sua corte; o Clássico, que retoma as tradições lendárias da Grécia e de Roma; o Ciclo Bretão, que focaliza sua narrativa em torno da corte do rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda; e o ciclo dos romances de *Amadis de Gaula*, já contemporâneo à geração de Afonso V que, através de seu cronista, Gomes Eanes Zurara, celebrará um ciclo constituído por doze novelas de cavalaria que, juntamente com o ciclo dos romances de *Palmeirim de Inglaterra*, farão da Península Ibérica o último foco irradiador de imaginação cavaleiresca para toda a Europa ocidental.¹⁵

A matéria da Bretanha, ou Ciclo Bretão, foi aquele que maior repercussão teve em Portugal, com seu auge durante o século XIV. Este caracteriza-se pela ocorrência do fantástico e do maravilhoso, mas antes de sua cristianização o amor ocupava-lhe o centro da inspiração.¹⁶

A introdução da literatura arturiana em solo peninsular deve-se muito provavelmente ao casamento de Dona Leonor da Inglaterra com Afonso VII, de Castela. A rainha teria trazido consigo uma cópia da *Historia Regum Britanniae*, para a península. A primeira menção conhecida de Artur num escrito ibérico consta nos *Anales Toledanos Primeros*, de 1219.¹⁷ Também não se pode ignorar a “matriz” francesa que introduziu os romances de cavalaria em Portugal.¹⁸ Atribui-se ao mo-

narca português Afonso III ter trazido ao reino um exemplar do romance de cavalaria *La queste del Saint Graal*, em 1245, quando de sua estada na França como vassalo de Luis X e de seu casamento com Clotilde de Borgonha. Possivelmente o assunto já fosse conhecido e o ideário cavaleiresco já fosse cultivado no século XIII em Portugal, mas deve-se a este monarca uma maior difusão das obras arturianas, visto que foi ele um grande incentivador da produção de cópias escritas. Sabe-se com certeza que a terceira parte da versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal* foi traduzida diretamente do francês para o português embora, na opinião de Antônio José Saraiva, as demais obras do Ciclo da pós-vulgata, ou pseudo-Boron, parecem ter recebido a tradução do francês para o castelhano¹⁹.

A Matéria da Bretanha esteve inserida em diversos outros textos em prosa peninsulares, além de ser encontrada em muitos cancioneiros da poesia trovadoresca. Os elementos da Matéria da Bretanha encontravam-se, por exemplo, no *Libro de las Geraciones*, obra divulgada em Portugal durante o período de Afonso III, que continha genealogias dos reis celtas e que teria servido de fonte ao *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro²⁰. Também a *Crónica Geral de Espanha de 1344* trazia na sua primeira edição uma descrição da descendência do rei Artur. Quanto ao Ciclo da Vulgata, a versão que circulara em Portugal foi durante algum tempo atribuída à Robert de Boron, o que fez posteriormente com que ficasse conhecida como Ciclo do Pseudo-Boron ou Ciclo da pós-vulgata. Estas versões compõem-se das seguintes obras: *A Estória de José de Arimatéia*, *Merlin* e *A Demanda do Santo Graal*, que, como vimos, chegaram ao reino pelas mãos de Afonso III.

Portugal cultivava uma tradição literária que certamente facilitou a difusão dos ideais cavaleirescos. D. João I, fundador da dinastia de Avis, reatara a tradição dos príncipes letrados e não apenas voltados para a lírica poética, mas também para obras religiosas e didáticas. Escrevera o *Livro da Montaria* e também um *Livro das Horas de Santa Maria*, que infelizmente não chegou até nós. O *Livro da Montaria* enquadra-se na tradição cavaleiresca, pois o próprio rei justifica sua importância dizendo que “a montaria é um jogo que distrai mais do que outro algum e que ao mesmo tempo prepara para a guerra”²¹. Seu filho, D. Duarte, escreveu o *Leal Conselheiro* e o *Livro de Ensinança de bem cavalgar toda cela*, além de ser um colecionador de livros em cuja biblioteca constavam exemplares da literatura arturiana. D. Pedro escreveu a *Virtuosa Benfeitoria*. Ainda D. Duarte tivera a iniciativa da escrita da *Crónica dos reis de Portugal*, tarefa encomendada a Fernão Lopes. Seu filho, Afon-

so V, possuía uma livraria real e uma oficina de manuscritos²². A *Ensinança de bem cavalgar toda cela*, de D. Duarte, revela-nos a preocupação de reeducar os nobres, que estão a esquecer de suas práticas características, obliterando o desporto da montaria devido à crescente burocratização e ingresso de uma burguesia que tendia a se nobilitar, mas que obliterava em muito as tradições, ao ponto de o rei proibir que os fidalgos montassem mulas.²³

A valorização do ideário cavaleiresco na Península Ibérica está intimamente relacionada com o processo da Reconquista, que representou esperanças e oportunidades para cavaleiros europeus desejosos de glórias e riquezas. O próprio ideal de cruzada é, em Portugal e muito provavelmente em toda a península, uma corrente de importação de tardia penetração. Começou a tomar sentido apenas com os primeiros contatos dos participantes das expedições à terra santa, em torno de 1147²⁴. Sabemos da significativa afluência rumo à Península Ibérica de cavaleiros originários da Borgonha - região em que a cavalaria tinha grande importância. Como exemplos mais ilustres, temos a chegada do Conde D. Raimundo de Borgonha no reino de Leão, aonde mais tarde chegaria, entre 1086 e 1096, o Conde Henrique de Borgonha, ambos consecutivos depositários da Galiza e Portugal.

O certo é que o ideal cavaleiresco introduzira-se significativamente na Península Ibérica, merecendo menções especiais tanto na literatura quanto na produção estimulada por Afonso X, o Sábio, integrada por obras jurídicas e históricas tais quais o *Fuero Real*, *Estoria de España*, e o tratado jurídico das *Siete Partidas*, compostos na segunda metade do século XIII. Coube a esta última obra, inclusive, dar a conhecer a noção de tripartição social em Portugal, uma vez que foi copiada e adotada pelos governantes portugueses, e a *Segunda Partida* dedica, em seu título 21, atenção especial ao tema:

*Antes disso, é evidente que a identificação da nobreza com a função militar existia também, mas a sua expressão privilegiada era transmitida pelas canções de gesta castelhanas, particularmente o Cantar de mio Cid, cujos pressupostos ideológicos são muito diferentes dos que se manifestam nos romances e na literatura cortesã, que desde o século XII inspiram o ideal do cavaleiro além-Pirenéus.*²⁵

Em Portugal, a cavalaria era a parte mais importante do exército. Contudo, sua constituição predominante ficava por conta dos membros

das Ordens militares-religiosas. Estas podem ter preenchido certa lacuna na mentalidade guerreira em Portugal. Gama Barros afirma serem os integrantes das ordens militares melhores cavaleiros que o conjunto da nobreza²⁶. Tais instituições desempenharam em Portugal, tanto no plano concreto como no ideológico, os apanágios próprios da cavalaria - considerada como o oitavo sacramento. Seus membros tiveram contribuição importante na difusão da concepção cristã da cavalaria na Península Ibérica, dedicando-se à reprodução de canções de gesta e à tradução dos romances de cavalaria²⁷.

O reino de Portugal nasceu em meio a conflitos militares contra os muçulmanos, que se estenderam pelo menos até 1217. Era então natural que o ofício das armas adquirisse preponderância e destaque. Contudo, já o reinado de Sancho I (1185-1211) marca indícios de mudança na orientação guerreira da monarquia. Os momentos finais de seu reinado foram mais voltados para a organização administrativa e consolidação da autoridade interna. A partir da década de 90 do século XII, Portugal já deixava de ser um reino totalmente voltado para a guerra e procurava concentrar-se em outros aspectos da sua administração²⁸. Convém lembrar que, a partir do século XIV, quando o Estado português encontrava-se já em avançado estágio de desenvolvimento, é que foram produzidas as mais importantes obras de novelas de cavalaria, como a *Demanda do Santo Graal* ou o *Amadis de Gaula*.

Parece que, na prática, houve uma diluição dos vínculos entre nobreza e guerra. Já no século XIII, o termo *miles* não se aplicava aos estratos mais altos da nobreza. Ao menos a cavalaria ainda era referência da nobreza e uma das suas categorias. Naquele momento, os graus de nobreza eram classificados na seguinte ordem: ricos-homens, infanções (fidalgos), cavaleiros e escudeiros. A condição de cavaleiro adquire um sentido maior quando usada na diferenciação entre o nobre e o não-nobre, para o nobre de categoria mais baixa que não quer confundir-se com cavaleiros-vilãos.²⁹

O exposto acima implica em certa descaracterização das raízes militares da cavalaria. O próprio rei D Duarte (1433-1438) queixava-se, no *Livro da Ensinança do Bem Cavalgar toda cela*, de que os cavaleiros e escudeiros já não tivessem nos jogos e exercícios a cavalo a mesma prática e destreza de outrora, dedicando seu tempo em atividades mais leves e festivas (cantar, dançar, vestir e calçar)³⁰. O estudioso Theophilo Braga considerava superficiais os hábitos de cavalaria na corte de D. João I, qualificando-os como um modismo³¹. Exagero ou não, é possível presumir, a partir destas observações, um certo indica-

tivo da quebra da preponderância militar da nobreza. Mais recentemente, afirma João Bernardo Weinstein:

Estamos de fato, na presença de uma aristocracia que se considera formando uma casta, mais do que uma cavalaria poderosa e orgulhosa, como era então o caso em França e em Inglaterra. A importância da aristocracia em Portugal era bem mais modesta do que na França, onde os laços e estruturas criados pela feudalidade lhes permitia gozar de um prestígio e um poder consideráveis, opondo-se aos interesses do rei. Em Portugal trata-se, sobretudo, de uma alta classe social mais do que de um exército³².

FERNÃO LOPES E O ESPÍRITO CAVALEIRESCO

No século XV, o tabelião e arquivista Fernão Lopes recebera o encargo de escrever as crônicas de todos os reis que reinaram em Portugal. Empenhado em legitimar a dinastia de Avis, que ascendera cinquenta anos antes, o cronista valera-se, entre outros artifícios, do ideário de cavalaria para enaltecer a “epopéia” portuguesa na crise sucessória de 1383/85, frente às pretensões do reino de Castela. Possuímos três obras que são comprovadamente de sua autoria: as crônicas dos reis Dom Pedro (1357/1367), Dom Fernando (1367/1383) e Dom João I (1385/1434), todas importantes testemunhos da história portuguesa. Estes trabalhos nos trazem alguns indícios de que Fernão Lopes teria realmente produzido outras crônicas anteriores a estas citadas.

Procuramos estabelecer alguma base contextual para tecer considerações sobre a inserção do ideário cavaleiresco em sua obra, situando o cronista em relação à instituição da cavalaria de seu tempo, a fim de elucidar o sentido que este pretendeu lhe dar quando orientou a composição de suas crônicas com os pressupostos do ideário cavaleiresco. Consideramos que o “espírito” que norteia os escritos de Fernão Lopes oscila entre o atavismo de concepções medievais e certos traços indicadores da modernidade. O pensamento do cronista situa-se na encruzilhada destes dois universos, e ambos podem ser encontrados fartamente em sua obra. É notória, por exemplo, a influência que a Matéria da Bretanha exerceu sobre o autor, a ponto de, em algumas passagens – como a que segue – comparar personagens reais com os cavaleiros ideais do tempo do rei Artur:

Senhor, não fizeraõ aquy mimgoa os cavaleiros da Tavola Redomda, ca quy estaa Martim Vasquez da Cunha que he tam bõ como dõ Ga-

*laz, e Gõçalo Vasquez Coutinho que he tam bõ como dõ Tristaõ, e ex aquy Joaõ Fernãdez Pachequo que he tam bõ como Lamcarote!*³³.

Contudo, em sua totalidade, a obra de Fernão Lopes não pode ser classificada como pertencente ao gênero de romance de cavalaria, nem como idealizadora desta instituição. Concordamos com Antônio José Saraiva, quando este afirmava que Lopes andava muito longe da mentalidade cavaleiresca, pois criticava a nobreza da época e golpeava pesadamente os conceitos que lhe eram caros³⁴. O escritor andava realmente distante daqueles códigos de conduta, mas nem por isso deixou de inserir em sua narrativa um personagem com os traços mais profundos do herói dos romances de cavalaria: o condestável Nuno Álvares Pereira.

O tratamento dispensado pelo cronista às narrativas de guerras ou confrontos, salvo no caso de Nuno Álvares Pereira, não ilustra os feitos cavaleirescos de coragem e bravura. Ao contrário, ele está mais atento aos movimentos populares em que a ação coletiva é privilegiada. Preocupa-se com os efeitos da guerra sobre os camponeses e com os prejuízos causados à economia do reino. Suas narrativas de batalha não costumam ser prolongadas. Limita-se a narrar não mais que o necessário e também não coloca em destaque a bravura individual. Em tais descrições, pode-se perceber uma concepção militar na qual o sujeito da guerra torna-se o próprio exército e não mais o guerreiro individual. Considerado como o introdutor do elemento popular nas narrativas medievais portuguesas, foi assim intérprete de uma causa e de um sentimento nacionais³⁵. Este aspecto pode muito bem reforçar para Fernão Lopes o título de historiador, pois o privilégio dado às narrativas de façanhas individuais é próprio da ideologia cavaleiresca e não de uma concepção mais global e multifacetada demandada pela análise histórica³⁶. Eis um exemplo de como nos descreve a ação dos combatentes:

*e assi de voomtadejuntarom huuns com outros, que cahiom as lamças a todos, e começaram de se ferir aas espadas, e ochas, e porras, (...); e tam rijamente se feriom, que os da avanguarda do Primçipe se começaram de retraer quanto seeria uma passada, e foram alguuns delles derribados, em guisa que os delRei Dom Hemrique cuidarom que vemciam, e chegaromse mais a elles, e começaromsse outra vez a ferir*³⁷.

Não obstante, seu estilo literário era herdeiro direto da literatura de cavalaria, e sua arte de contar faria dele o último grande representan-

te da arte literária medieval³⁸. Não resta nenhuma dúvida quanto ao fato de que conhecia bem a literatura de cavalaria, nem de que este gênero teve ampla circulação em Portugal durante o século XIV e XV. Se concluirmos que a presença do ideal de cavalaria não se apresentou em Portugal como elo principal de união de uma categoria que se pretendia dominante, ou que sua coesão não se dava pelo predomínio da mentalidade guerreira, parece-nos legítimo perguntar então qual o devido papel representado pela ética cavaleiresca e qual a importância que lhe foi assegurada nos códigos de comportamento daquele período. Fica também em aberto a razão pela qual o cronista considerou que a inclusão do ideário cavaleiresco teria sido eficaz aos seus propósitos.

Diante destas questões, temos a impressão de que, muito mais do que uma preocupação em representar os dados da realidade social, os elementos do ideário cavaleiresco presentes na obra de Fernão Lopes devem ser buscados no imaginário. Aí reside com toda força a tradição medieval da cavalaria. Tal era o seu vigor que o cronista julgou-a como elemento digno de integrar seu projeto político, que visava principalmente a legitimação monárquica. Com este intento, o imaginário foi integrado ao histórico, ao vivido³⁹.

O CAVALEIRO-MODELO LOPEANO: NUNO ÁLVARES PEREIRA

O cronista elaborou um sistema de significação que legitimava todo um contexto histórico dado. Nele, o ideário cavaleiresco fora, se não o elemento mais presente na forma escrita, ao menos um dos mais importantes para a ascensão da dinastia de Avis. O Condestável Nuno Álvares Pereira, principal defensor da causa de Avis, fora praticamente o responsável pela mobilização militar e pelo encorajamento de tropas numericamente inferiores a ingressar numa aventura perigosa, ou seja, a ruptura para com os sucessores “legais” do trono português. O personagem aparece, nos escritos, de Lopes representado com contornos bem definidos do cavaleiro cristão e obstinadamente fiel a uma causa que muitos acreditavam perdida.

Nenhuma mensagem terá significado se não partir de códigos pré-definidos entre seus receptores. Fazendo nossas as palavras de Umberto Eco, Fernão Lopes “tomou matéria no que já existe”⁴⁰ para ordenar suas representações e os significados que desejava que lhe fossem atribuídos. Seu texto, literário ou histórico, era tido como verdade não somente por

sua postura e metodologia, mas porque encontrava lastro em referenciais já enraizados nos valores culturais e num imaginário partilhado em seu tempo. Este imaginário terá, com intensa frequência na Idade Média, mais importância que o real. Por isso, Wilson Biasotto insiste na idéia de que para compreender Fernão Lopes é necessário compreender o imaginário de sua época⁴¹. Partimos assim do princípio de que sua narrativa, histórica ou ficcional, está firmemente ancorada nas “experiências mentais” coletivas. Neste sentido, devemos considerar que nosso cronista participa de um tempo em que o homem vivia com a atenção muito mais no sobrenatural do que no real, mesmo estando já a Idade Média em seu termo. Não é à toa que em suas crônicas não desdenhe da força de acontecimentos maravilhosos - como corpos celestes luminosos, premonições ou mesmo a criança de oito meses que levanta e brada em pro do rei D. João I - indicativo das mercês divinas. Todos estes sinais fazem parte das experiências coletivas de suas época. O cronista não é o único que propaga estes preceitos. Sabe-se que, desde o século XIV, o texto de *A Demanda do Santo Graal* conheceu ampla circulação com seus cavaleiros ardentemente desejosos de encontrar aventuras maravilhosas na busca pelo cálice sagrado: “*Mas nunca depois achei aventura, e estou muito maravilhado, porque na demanda do santo Graal cuidava eu mais aventuras e maravilhas achar do que em outra terra*”⁴².

Ao final das contas, e para além de seu projeto intencional, Fernão Lopes utilizava sua escrita com vistas a reforçar as instituições e relações sociais de seu tempo. Para tanto, era necessário que a existência humana fosse prolongada enquanto imagem.⁴³ Este é um dos motivos da figuração cavaleiresca clássica dada pelo cronista, mesmo que este arquétipo nos pareça estar em contraste com diversos aspectos da obra. Em último caso, vale lembrar que lidamos com um texto ainda essencialmente medieval, referenciado em um contexto cultural diferente, bem como portador de diferentes códigos e, conforme Helena Bomeny,⁴⁴ sem reconhecer nossa exata noção contemporânea de fronteira entre verdade e ficção. A autoridade do cronista não se faz pelo aval documental e metodológico que ele teima em exhibir mesmo quando nos apresenta intenções conscientes de delimitar a fronteira entre os campos da ficção e a construção da verdade tal como acontecera, percebendo a diferença entre o acontecido e a narração do acontecido.⁴⁵ Ele dominava com maestria o simbolismo das palavras e assim erigiu seus modelos de representação, promovendo a manutenção dos mitos e conferindo ao homem de seu tempo diversos modelos de imagens nas quais o cavaleiro medieval teve ainda seu lugar assegurado: “*o promoveo emtomçe a alteza de gra-*

*mde e homrroso offiçio, nas guerras e hostes do rreino; do quall ell husou de tall guisa, creçemdo de dia em dia em cavalleirosos feitos, que em muitos espertou emvejosa gramdeza*⁴⁶.

Vale lembrar que, ao introduzir a figura de um cavaleiro-modelo em seus escritos, o cronista estava, na verdade, subvertendo um sentido simbólico tradicional. A cavalaria não se movimenta, na obra de Lopes, em detrimento das ações do monarca. Não aparece aqui como elemento que viria a reforçar, no plano simbólico, a posição da aristocracia para “compensar” suas perdas de posição e privilégio frente à monarquia. Nuno Álvares Pereira, o herói lopeano por excelência, luta contra esta nobreza que - como “portugueses desnaturados” - não deseja a vitória do Mestre de Avis. Este talvez seja um dos únicos pontos em que Nuno Álvares Pereira difere da cavalaria clássica cristã medieval.

Talvez o cronista tenha concebido o ideal cavaleiresco como complemento ou parte integrante do instrumental cristão que cerca a todo o momento os acontecimentos. A cavalaria medieval fez parte da mitologia cristã, a qual Fernão Lopes assimilou profundamente e disseminou por toda sua obra. Mesmo que assim o tenha sido, o papel da ética cavaleiresca não se reduz. Pelo contrário, tende a ser valorizado como elemento essencialmente cristão, sendo perfeitamente encarnado pelo personagem de Nuno Álvares Pereira.

O personagem histórico Nuno Álvares Pereira nasceu em 24 de junho de 1360 e pertencia a uma família de tradições honrosas. Seu pai, prior da ordem militar do Hospital, erguera castelos e paços e servira sob três reis em condição próxima e honrosa. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* faz descender sua família do lendário rei D. Ramiro⁴⁷. Muito se especula sobre uma infância fortemente embalada pelos contos arturianos de cavalaria, embora provavelmente esta referência venha apenas das crônicas de Fernão Lopes. Também desta fonte advêm profecias sobre um possível futuro guerreiro e grandioso. Aos 13 anos, fora encaminhado à corte real, em Santarém, e nomeado escudeiro para o serviço da própria rainha Leonor Telles, onde viveu até 1376.

Sua existência reunira todos elementos para a formação de um mito. As imagens mentais construídas em torno de sua vida e seus feitos tiveram largo apelo ante uma sensibilidade coletiva como a da Idade Média - favorável à recepção destes valores. Encerrando-se num mosteiro religioso fechada com “chave de ouro” seu enquadramento no arquétipo do cavaleiro cristão. A memória e a tradição popular encarregaram-se do restante.

Podemos presumir que Fernão Lopes pode tê-lo conhecido em vida, pois aquele morreu alguns anos após o cronista iniciar sua tarefa literá-

ria. Contudo, não parece haver indicações de que tenha se valido de seu depoimento pessoal. Para elaborar sua representação do herói, Lopes parece ter utilizado predominantemente a *Crónica do Condestável de Portugal*. Dela copiou integralmente vários trechos.⁴⁸

As crônicas lopeanas reproduzem, neste sentido, uma ordem de valores que certamente transitava no imaginário da época e que era expressa em diversas outras obras do período. A *Crónica do Condestável* se inicia com a ilustrativa afirmação: “*Ora ouvireis, senhores, a história do melhor cavaleiro de Portugal...*” Igualmente, encontramos na *Demanda do Santo Graal* trechos que demonstram o sentido ético e cristão da cavalaria, tal como fora assimilado por Nuno Álvares Pereira, quando um ermitão explica a Boorz, um dos cavaleiros da tábola redonda, o que é a demanda, conferindo-lhe um sentido de missão sagrada a que apenas os pré-escolhidos teriam acesso:

*Tanto quer ser como buscar as maravilhas da santa Igreja e as coisas escondidas e as maravilhas e os grandes segredos que Nosso Senhor não quis outorgar que alguém os achasse que estivesse em pecado mortal. A demanda do santo Graal é, pois, que ele separou os bons cavaleiros dos maus, como o grão da palha. E quando ele separar os luxuriosos dos bons cavaleiros, então mostrará a estes bons e a estes bem-aventurados as maravilhas que andam buscando do santo Graal...*⁴⁹.

A analogia nos parece valiosa porque sugere que, apesar de haver em torno de cento e cinquenta cavaleiros na demanda, já estava previamente escolhido qual deles conheceria a glória de encontrar o Graal. É implícita a mensagem de predestinação. Fernão Lopes nos dá a conhecer vários sinais de que Nuno Álvares também era considerado predestinado a grandes feitos, alguém a quem estava reservado um futuro grandioso. Narrativa similar é apresentada a respeito de um sonho do rei D. Pedro, no qual um dos seus filhos, de nome João, salvaria o reino das chamas. Era uma visão predestinada da independência do reino. A difusão de eventos com este caráter de “projeção em retrospectiva” era, aliás, própria das construções biográficas dos personagens ilustres da Idade Média, principalmente em textos de propaganda real.

As representações da cavalaria que nos fornece Fernão Lopes estão em consonância com os valores de seu tempo. Desta forma nos é dada a imagem de Nuno Álvares Pereira. Um cavaleiro devia ter presente a coragem incondicional, sem temer pela própria vida. O perigo extremo é o sen-

tido da aventura - para a qual é necessária grande bravura. O cavaleiro deveria ser reparador de injustiças, defensor dos fracos, de incontestável fidelidade ao seu senhor e seguidor de preceitos cristãos. A ética cavaleiresca é um espelho da sociedade feudal, que exalta a função guerreira. Uma sociedade feudal que em muito destoa da ordem política e social vigente em Portugal. Embora as crônicas lopeanas reservem espaço para o maravilhoso e o fantástico, diferentemente dos romances de cavalaria estes aspectos não ocupam lugar privilegiado na narrativa. Nuno Álvares também não é apenas o herói individual de solitárias aventuras como é comum aos cavaleiros romanescos. Por vezes, aliás, valores próprios da cavalaria nos são demonstrados coletivamente nos escritos lopeanos: “*Os portugueeses quando isto virom (...) e bem mostravom aa de fora, a gram voomtade de pellejar, que demtro do coração tiinham (...) Ca hiam hi mui vallemtes homees e ardidos de coração*”⁵⁰.

Ressalte-se também o fato de que Belissário Pimenta, num artigo sobre a estratégia militar empreendida por Nuno Álvares, demonstra bem o quanto o condestável já se encontrava em posição de vanguarda em relação ao modo cavaleiresco de fazer guerra. De acordo com os estudos ali apresentados, Nuno demonstra possuir considerável habilidade militar para desbaratar os inimigos em batalhas previamente planejadas, o que vai de encontro ao modo cavaleiresco que não primava pela estratégia, mas sim pela coragem impensada contida no “*ardido coração*”⁵¹. Parece-nos evidente a adequação do ideário cavaleiresco pelo cronista, de modo que esteja consoante aos seus propósitos. Para além da inclusão do ideário cavaleiresco em suas obras como um reforço de virtuosidade à causa do Mestre de Avis, consideramos válida a análise de Teresa Amado, para quem o cronista teria conferido à narrativa uma aura de “*guerra santa*” na qual o combate ao castelhano recebeu a mesma caracterização do combate ao mouro. O direito natural de defender a terra justifica a analogia da guerra com o bem e com a virtude. Segundo a autora, este ideal “*eclesial*” se concretizaria no plano individual e terreno na figura de Nuno Álvares Pereira.⁵²

Desde o princípio, o cronista anuncia estar reservando narrativas de altos feitos para momento oportuno. A partir de então, o condestável começa pouco a pouco a ocupar espaço na cena. Nuno Álvares já aparece ligado a uma atividade militar e desejoso de pôr batalha ao inimigo. Este estigma o acompanhará por praticamente toda narrativa:

de cuja geeraçom e obras mais adeante emtemdemos trautar, quando nos conveher escrepver os grandes e altos feitos do meestre

Davis, que depois foi Rei de Portugal, em que lhe este Nuno Alvarez foi muy notavel e maravilhoso companheiro (...) ... e pollo de-seio que levava na batalha, de que havia gram voomtade...⁵³.

Ele se esforçou ao máximo para elaborar um perfil ético de seu herói. O capítulo 31 da crônica de D. João intitula-se “*Razoões do autor desta obra ante que falle dos feitos de Nunallvarez*”. Ali são anunciadas e louvadas as virtudes essenciais do personagem, e justificadas as razões de Nuno ser cavaleiro. Ele tem a força necessária para vencer a mais penosa de todas as batalhas: aquela que se trava no próprio interior humano contra os vícios e pecados, que servem para o desvio do correto caminho. A natureza humana não é própria para o sossego e tranquilidade. Por isso, não é tarefa fácil manter-se discreto perante as tentações e vencer os “*naturaes desejos*”, uma luta que nunca cessa. Nuno Álvares o fizera como nenhum outro já conseguira antes. Não houve quem tivesse podido concorrer em tantas “*bemaventuramças*”.

Nesta passagem, entrecruza-se a elaboração do cavaleiro com a elaboração da imagem santificada. O personagem entende que somente poderá perpetuar gloriosos feitos se puder manter-se casto, tal como o fizera Galaaz, o mais perfeito cavaleiro da *Demanda do Santo Graal*.

Por fim, o último capítulo do primeiro volume da Crônica de D. João é dedicado à nomeação de Nuno Álvares Pereira ao cargo de condestável do reino.⁵⁴ Aos vinte e quatro anos e “*muy avisado nos autos da cavalaria*”, de prudente e notável discrição, fora promovido a este grande e honroso ofício “*creçemdo de dia e dia em cavalleirosos feitos*”. O cronista nos expõe um quadro da virtuosidade do condestável em que completa todos os seus atributos lapidando a imagem do perfeito cavaleiro cristão. Não temia “*noites asperas, nem esquivos dias*”, tampouco evitava enfrentar quaisquer aventuras que se apresentassem. Era de ardil e bom regimento em seus feitos, de modo que, se algum mortal a ele quisesse se igualar, teria para isso imenso trabalho.

Afirma ainda que ninguém trouxera, como ele, tantos bons proveitos ao reino. Em suas andanças, não consentia aos guerreiros que trouxessem mulheres ou praticassem jogos, empenhava-se em resolver qualquer discordância esforçando-se por semear entre os seus união e amizade. Seu acampamento não parecia uma hoste de guerreiros, mas sim uma honesta religião de defensores. Seus homens sentiam por ele mais reverência que temor. Embora trabalhasse para encobrir sua larga fama, suas virtudes eram muito louvadas, posto que raras na maioria dos outros homens. Tinha compaixão aos pobres e minguados, não os deixan-

do padecer de injúrias. Deixava de lado as pomposas despesas e administrava bem sua casa. Foi o primeiro senhor que começou a ouvir duas missas por dia e ordenava procissões nos dias de festas religiosas. Sua palavra não era menos certa que um juramento.

Resta a dúvida sobre até que ponto tais virtudes eram o fruto de uma construção literária ou corresponderiam a uma opção pessoal consciente do personagem histórico, uma vez que Nuno Álvares Pereira de fato passara seus últimos dias num mosteiro, nobre e religiosamente, como convinha a um verdadeiro cavaleiro.

Muito mais se poderia escrever para destacar o papel do ideário cavaleiresco nas obras de Fernão Lopes. O cronista valeu-se deste como instrumento privilegiado na difusão de valores associados com a dinastia de Avis, a quem servia. A cavalaria medieval mantinha-se viva e forte para auxiliar projetos políticos da era moderna e abrir caminho para o advento de novos tempos. Agora não mais pela força das armas e guerras de conquista, mas por uma via ainda mais eficaz e poderosa: a força das idéias.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. FLORY, Jean. Chevalerie. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (dirs.). *Dictionnaire raisonné de L'Occident médiéval*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1999, p. 200.
2. PERROY, Édouard. *A Idade Média, o período da Europa feudal. Do islã turco e da Ásia Mongólica*. (História Geral das civilizações, vol. 7). Rio de Janeiro: Bertrand, 1994, p. 227, p. 19.
3. DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 103.
4. MARTIN, Hervé. *Mentalites Médiévales : XI–XV siècle* (Nouvelle Clio). Paris: Presses Universitaires de France, 1998, p. 310: “João de Salisbury (1115/20-1180) celebra a cavalaria como sendo essencial. O *Policraticus* vê a *militia* como profissão necessária e honrosa, criada e desejada por Deus para o ataque dos membros indignos. Em obediência aos príncipes legítimos os *milites* servem ao próprio Deus e assim santificam-se”. A tradução é nossa.
5. PERROY, Édouard. *A Idade Média...*, p. 227.
6. *Idem*, p. 23.
7. MARTIN, Hervé. *Mentalites Médiévales*, p. 307.
8. *Idem, ibidem*.
9. HUIZINGA, Johan. *El Otoño de la Edad Media*. Madrid: Alianza Universidad, 1978, p. 81.
10. Vide SILVA, Victor Deodato. *Cavalaria e Nobreza no fim da Idade Média*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo,

- 1990, vol. 1 – A crise do combatente montado, da guerra feudal à guerra moderna.
11. ZIERER, Adriana Maria de Souza. “O modelo arturiano em Portugal - A imagem do Rei-Guerreiro na Construção Cronística de Sancho II e Afonso III”. Dissertação de Mestrado. Niterói: Curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 47.
 12. FLORY, Jean. Chevalerie. Op. Cit. p. 211 / 212.
 13. GENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1981, p. 108: “Ao fim do século XV, Henrique VII da Inglaterra cuidava para que seu primeiro filho nascesse no palácio de Winchester, onde se acreditava estar conservada a Távola Redonda.”
 14. ZIERER, Adriana Maria de Souza. “O modelo arturiano...”, p. 67.
 15. SARAIVA, Antônio José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto/Lisboa: Porto Editora/Empresa Lit. Fluminense, s/d., p. 90.
 16. FERREIRA, Joaquim. *História da literatura portuguesa - época medieval*. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d., p. 123-124.
 17. LAPA, Manuel Rodrigues. *Lições de literatura portuguesa - época medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1973, p. 222.
 18. SARAIVA, Antônio José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*, p. 84.
 19. *Idem*. p. 85.
 20. ZIERER, Adriana Maria de Souza. “O modelo Arturiano...”, p. 75.
 21. SARAIVA, Antônio José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 218.
 22. *Idem, ibidem*.
 23. SARAIVA, Antônio José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*, p. 102.
 24. MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII (col. História e Ensaios, nº 2). 2ª ed.. Lisboa: Guimarães Editores, 1985, p. 193.
 25. MATTOSO, José. (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d., vol. 2, p. 175.
 26. BARROS, Henrique da Gama. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945, vol. 2, p.319.
 27. MATTOSO, José. *História de Portugal, Op. cit.*, pp. 175: “... como se deduz de ter sido um clérigo da Ordem de Santiago o tradutor da Demanda do Graal ou, pelo menos, do José de Arimateia, em tempos de Afonso III”.
 28. MATTOSO, José. *História de Portugal*, p. 64.
 29. MATTOSO, José. *História de Portugal*, p. 174.
 30. BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração...*, p. 404.
 31. BRAGA, Theophilo. *História das novelas portuguesas de cavalaria*. Porto: Imprensa Portuguesa Editora, 1873, p. 158.
 32. WEINSTEIN, João Bernardo. “O universo mental em Portugal traduzido pe-

- las cantigas dos trovadores (séc. XII - séc. XIV)”. *Arquivos do centro Cultural Português*, Lisboa, vol. XIX, 1983, p. 267.
33. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, 1983, vol. II, cap. LXXV, p. 187.
34. SARAIVA, Antônio José. *Fernão Lopes*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d., p. 45.
35. BIASOTTO, Wilson Valentin. “O imaginário social na Crónica de D. Pedro I, de Fernão Lopes”. *Consciência - Revista cultural, técnica e científica (Vitória da Conquista – Bahia)*, nº 5, 1994, p. 155.
36. SARAIVA, Antônio José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*, p. 117.
37. LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, s/d., cap. IX, p. 30.
38. SARAIVA, Antônio José & LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*, p. 121.
39. BIASOTTO, Wilson Valentin. “O imaginário social...”, *op. cit.*, p. 160.
40. ECO, Umberto. *Conceito de Texto*. São Paulo: EDUSP, 1984, p. 13. Enunciamos juízos em termos de condições de verdade, no interior de um mundo possível, entendido como um mundo autônomo regido por suas próprias leis, por seus próprios postulados de significado, um mundo no qual Sherlock Holmes existe e que é tomado como mundo de referência.
41. BIASOTTO, Wilson Valentin. “O imaginário social...”, p. 157.
42. A DEMANDA *do Santo Graal*: Manuscrito do século XIII. Texto sob os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1988, p. 118.
43. BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, vol. 5, p. 301.
44. BOMENY, Helena. “Encontro suspeito: História e Ficção”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1990, p. 92-93.
45. PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX)”. *Anos 90*, Porto Alegre, nº 4, 1995, p. 117: “A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la, onde os limites de criação e fantasia são mais amplos do que aqueles permitidos ao historiador”.
46. LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXCIII, p. 424.
47. SARAIVA, Antônio José. *O crepúsculo...*, p. 206.
48. ARNAUT, Salvador Dias. Prefácio à FERNÃO LOPES. *Crónica de D. Fernando*, P. XI. Os capítulos 120, 121, 122, 123, 137, 138, 151, 166 foram copiados integralmente da Crônica do Condestabre.
49. *A demanda do Santo Graal*, p. 140.
50. LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CXXI, p. 135 e cap. CX-XIV, p. 242.
51. PIMENTA, Belissário. *O sistema de Nunálvares*. In: *Congressos do Mundo Português*. Lisboa: Ed. Sessão de Congressos, 1940, vol. II., p. 302-303.

52. AMADO, Teresa. *Fernão Lopes contador de história*. Lisboa: Editorial Estampa, s/d., p. 41.
53. LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*, cap. CXX, p. 337-338.
54. *Idem*, cap. CXCIII, p. 424. Para a França, Condestável era o nome dado ao comandante do exército real. A respeito, cf. GUENÉE, Bernard. *O Ocidente...*, p. 158.